

Defensoria Pública de Minas Gerais completa 40 anos e promove Mutirão Direito a Ter Pai na Capital e em mais 40 comarcas

A Defensoria Pública de Minas Gerais realizou, no dia 07.10.2016, a sexta edição do Mutirão Direito a Ter Pai, em Belo Horizonte e em mais 38 comarcas do interior do Estado, simultaneamente. Em Varginha, o Mutirão acontece no dia 21 de outubro e, em Teófilo Otoni, nos dias 17, 19, 21 e 24 de outubro.

O Mutirão atendeu 9.335 pessoas, realizou 1.487 exames de DNA, 374 reconhecimentos espontâneos, e mobilizou aproximadamente 800 profissionais, conforme os números apurados até o fechamento desta edição.



Abertura dos trabalhos do Mutirão em Belo Horizonte: o procurador de Justiça de MG, Bertoldo Mateus de Oliveira Filho; o diretor do Laboratório Hermes Pardini, Alessandro Ferreira; o secretário do Conselho Superior da DPMG, conselheiro Galeno Gomes Siqueira; o corregedor-geral da DPMG, Ricardo Sales Cordeiro; o diretor presidente da Adep-MG, Eduardo Cyrino Generoso; o secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, Nilmário Miranda; o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, desembargador Geraldo Domingos Coelho; o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Hebert Carneiro; e a defensora-geral, Christiane Neves Procópio Malard

A iniciativa garante à criança, ao adolescente e, eventualmente, ao adulto, o direito a ter o nome dos genitores em seu registro de nascimento e promove, não apenas o reconhecimento da paternidade ou maternidade, mas também, a conscientização sobre a importância da reconstrução de vínculos afetivos e aproximação entre pais e filhos.

Desde sua criação, o Mutirão Direito a Ter Pai realizou 6.487 exames de DNA, 36.123 atendimentos e 1.593 reconhecimentos espontâneos de paternidade.

[Clique aqui para ver os números do Mutirão.](#)

MENSAGEM DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL



Caros amigos e colegas defensores públicos e servidores,

No dia 7 de outubro, a Defensoria Pública de Minas Gerais recebeu mais de nove mil pessoas, em 39 comarcas, para participarem do Mutirão “Direito a Ter Pai”. A iniciativa, que transforma a realidade de grande parte dessas, contribui para efetivar direitos e conferir mais cidadania às crianças e cidadãos que buscam o reconhecimento de sua paternidade ou maternidade. Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com base no Censo Escolar de 2011, apontam que 5,5 milhões de crianças brasileiras estão sem o nome do pai na certidão de nascimento. Em Minas Gerais, quase 500 mil crianças não têm a paternidade no registro. As consequências dessa omissão são severas. Desde 2011, ano da primeira edição do Mutirão, a Defensoria Pública de Minas Gerais vem trabalhando para reverter essa realidade, colaborando para o encontro entre pais e filhos, buscando estabelecer não apenas vínculos genéticos, mas também, de afetividade; além de auxiliar na prevenção da criminalidade e na promoção da desjudicialização de demandas, com grande economia para os cofres públicos. O Mutirão atendeu 9.335 pessoas, realizou 1.487 exames de DNA, 374 reconhecimentos espontâneos, e mobilizou quase 800 profissionais, conforme os números apurados até o fechamento desta edição. Em nome da Defensoria-Geral, agradeço a todos os defensores públicos, servidores, estagiários, parceiros e apoiadores que possibilitaram a realização de mais uma edição deste gran-

dioso projeto, que contempla o reconhecimento da paternidade como direito fundamental, preconizado pela legislação vigente.

Outro registro importante desta edição do *Boletim* foi a reunião realizada com o governador do Estado e os secretários de Casa Civil, de Governo e de Administração Prisional, oportunidade em que foi ressaltada a importância da Defensoria Pública para a execução das políticas públicas relativas ao sistema prisional, área sensível e estratégica que tem nos demandado esforços permanentes em busca de alternativas e soluções no enfrentamento da superlotação carcerária. Tal reunião seguiu-se a encontro realizado na Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais, com o secretário Marco Antônio Resende, momento em que discutimos assuntos de interesse da Defensoria Pública, do Poder Executivo e da classe. Assuntos interinstitucionais relacionados ao sistema prisional também foram pauta de reunião realizada com o corregedor-geral do TJMG, ocasião em que abordamos ainda a aplicação do novo Código de Processo Civil.

Merece também destaque o fato de que os projetos de lei (PLC 51 e 54/2016), de minha iniciativa, foram recebidos para análise na Comissão de Administração Pública da ALMG sob a relatoria do deputado João Magalhães. Seguindo nosso compromisso de transparência, a Defensoria-Geral mantém acompanhamento permanente e informará à classe sobre a tramitação dos projetos.

Acompanhe a participação da DPMG em comemoração aos dez anos da Casa de Custódia da Polícia Civil; na inauguração de novo sistema de videomonitoramento em Muriaé; em audiências públicas sobre revisão tarifária da Copasa realizadas em Varginha e Belo Horizonte; em feira de saúde e cidadania promovida em Santos Dumont; e em evento de sensibilização para a mediação.

Confira, ainda, as palestras ministradas por defensores públicos, e as presenças da Defensoria Pública na mídia e em publicações especializadas.

Um abraço e boa leitura a todos!

Christiane Neves Procópio Malard
Defensora pública-geral

continuação

Defensoria Pública de Minas Gerais completa 40 anos e promove Mutirão Direito a Ter Pai na Capital e em mais 40 comarcas

Abertura oficial dos trabalhos em Belo Horizonte

A abertura oficial dos trabalhos, na Capital, foi feita pela defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, durante café da manhã que reuniu autoridades, parceiros do projeto, imprensa e inscitos no Mutirão. Christiane Malard iniciou seu discurso com versos de música do cantor Fábio Júnior que trata do amor de um filho por seu pai, “amor de que muitas pessoas são privadas nos dias atuais”, ressaltou.

Para a defensora-geral, o Mutirão “tem o poder de mudar, como de fato tem mudado, a vida de muitas famílias e de muitas pessoas. O reconhecimento tem o poder de desenvolver um relacionamento, criar uma identidade, de transformar uma realidade. Vamos fazer desse dia mais um marco na história da Defensoria Pública. É nossa missão institucional cuidar dos vulneráveis, dos que mais precisam. E assim, com criatividade, parcerias estratégicas e muito trabalho, temos conseguido levar essa alegria a tantos filhos e famílias no Estado”.

Para o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Herbert Carneiro, a parceria com a Defensoria Pública para a realização dos exames de DNA foi a principal dos seus primeiros cem dias à frente do TJMG. “Certamente, a mais dignificante das parcerias do Tribunal de Justiça”, destacou, acrescentando que o Mutirão representa “uma visão de responsabilidade social, um compromisso com a cidadania, compromisso cívico, acima de tudo”. “Assumir essa ação de ajudar pessoas a encontrar sua relação parental, história e relações afetivas, é contribuir para a efetivação da pacificação social, em um dia de destaque para a Defensoria Pública”, ressaltou Herbert Carneiro.

A coordenadora de Projetos e Convênios, Hellen Caires Teixeira Brandão, destacou, em seu discurso, que “a expansão do Mutirão Direito a Ter Pai, deve-se sobretudo, ao aprimoramento da gestão da Defensoria Pública, bem como, maior envolvimento dos colegas e parceiros. Será criado o Escritório de Prioridades, de forma a possibilitar que mais projetos como esse, nascido no interior do estado, possam ser replicados, ampliando o acesso à justiça aos cidadãos mineiros”, ressaltou.



Defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard



Presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro



Coordenadora de Projetos e Convênios da DPMG, Hellen Caires Teixeira Brandão

continua >>

continuação

Defensoria Pública de Minas Gerais completa 40 anos e promove Mutirão Direito a Ter Pai na Capital e em mais 40 comarcas



Secretário de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, Nilmário Miranda



Presidente da Adep-MG, Eduardo Generoso



Diretor do Laboratório Hermes Pardini, Alessandro Ferreira

O secretário Estadual de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, Nilmário Miranda, representante do governador Fernando Pimentel, salientou que “o reconhecimento da paternidade é fundamental para a criança, que é considerada prioridade absoluta no texto constitucional, sendo um fato importante para a construção da sua cidadania”.

O presidente da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais (Adep-MG), Eduardo Generoso, destacou o papel da Defensoria na sociedade e sua atuação em favor de garantir o acesso à justiça e à cidadania.

Para o diretor comercial do Laboratório Hermes Pardini, Alessandro Ferreira, apoiar a iniciativa da Defensoria Pública “é uma ação de cidadania, na qual a saúde, mais que a ausência de doença, é o equilíbrio entre o físico e a psique, na qual o ator principal é a família”.

Ao final da solenidade de abertura, a defensora pública-geral, Christiane Malard, acompanhada pelas autoridades presentes, visitou os andares em que se realizava, na Capital, o Mutirão Direito a Ter Pai 2016, conversando com os assistidos.

Presenças

Presentes à solenidade o delegado Assistente, Antônio Carlos de Alvarenga Freitas, representando o chefe da Polícia Civil de Minas Gerais,

João Otacílio Silva Neto; a vice-presidente da Associação dos Magistrados Mineiros, juíza Cristina Gualberto; o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Hebert Carneiro; o procurador de Justiça de MG, Bertoldo Mateus de Oliveira Filho; a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard; o diretor presidente da Adep-MG, Eduardo Cyrino Generoso; o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, desembargador Domingos Coelho; a coordenadora de projetos da DPMG, Hellen Caíres Brandão; o secretário do Conselho Superior, Galeno Gomes Siqueira; a coordenadora de Família e Sucessões da Capital, Michelle Lopes Mascarenhas; o corregedor-geral da DPMG, Ricardo Sales Cordeiro; e o secretário Estadual de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, Nilmário Miranda, representante do governador Fernando Pimentel. Vários defensores públicos, coordenadores e servidores também prestigiaram a cerimônia.

continua >>

continuação

Defensoria Pública de Minas Gerais completa 40 anos e promove Mutirão Direito a Ter Pai na Capital e em mais 40 comarcas



O delegado Assistente, Antônio Carlos de Alvarenga Freitas, representando o chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, João Otacílio Silva Neto; a vice-presidente da Associação dos Magistrados Mineiros, Cristina Gualberto; o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Hebert Carneiro; a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard; o diretor presidente da ADEP-MG, Eduardo Cyrino Generoso; o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, desembargador Domingos Coelho; coordenadora de projetos da DPMG, Hellen Caíres Brandão; secretário do Conselho Superior, Galeno Gomes Siqueira; coordenadora de Família e Sucessos da Capital, Michelle Lopes Mascarenhas; e o corregedor-geral da DPMG, Ricardo Sales Cordeiro

Parcerias

São parceiros da Defensoria Pública no Mutirão Direito a Ter Pai, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), o Centro de Reconhecimento de Paternidade, o Instituto Hemes Pardini, o Sincor-MG, o Supermercado e Padaria Verdemar, o Sicoob JUS-MP e a Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais (Adep-MG).

continua >>



Parcerias propiciaram lanche e descontração do ambiente durante todo o evento





continuação

Mutirão Direito a Ter Pai é realizado na Capital e em mais 40 comarcas de Minas Gerais



Defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, com a coordenadora Regional de Famílias e Sucessões da Capital, Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser, responsável pelo realização do evento em Belo Horizonte

Defensores públicos Antônio Lopes; Diego Escolar; Deborah Muzzi; Andressa Vidal; coordenadora Regional de Famílias e Sucessões da Capital, Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser; defensora pública-geral, Christiane Malard; defensores públicos, Eduardo Furst; Ana Luiza Paiva; Guilherme Gontijo; Lucas Borges; Marcelo Carneiro e Alexander Fonseca



Defensora pública-geral, Christiane Malard, visitou os andares em que se realizava, na Capital, o Mutirão Direito a Ter Pai 2016, conversando com os assistidos



continuação

Defensoria Pública de Minas Gerais completa 40 anos e promove Mutirão Direito a Ter Pai na Capital e em mais 40 comarcas



Assistidos
aguardam a
abertura do
Mutirão
Direito a Ter
Pai, na Capital
.....

Atendimento
durante os
trabalhos do
Mutirão

Defensoria Pública recebe cidadãos em todo o Estado

Na Capital, a Defensoria Pública recebeu 1.602 pessoas, com a realização de 217 exames de DNA e 121 reconhecimentos espontâneos de paternidade.

Além do café, os inscritos no Mutirão tiveram, ao longo do dia, distribuição de pipoca e algodão doce, que contribuíram para a descontração do ambiente e para a alegria de crianças e adultos.

Durante o evento, foram apresentados o vídeo “Reconhecimento de Paternidade”, veiculado no *Jornal da Justiça*, além de vídeo idealizado pela defensora pública, Eliane Medeiros, em atuação na área de Família e Sucessões da Capital, enfocando o dia da criança.

continua >>

continuação

Defensoria Pública de Minas Gerais completa 40 anos e promove Mutirão Direito a Ter Pai na Capital e em mais 40 comarcas



Na Capital, foram feitas 632 inscrições para o mutirão, sendo 169 para exames de DNA de suposto pai vivo

Depoimentos

O funcionário público Antônio César veio com o suposto filho, Giordano Meireles, de 26 anos, para realizar o exame de DNA. Antônio César foi procurado pela mãe do rapaz e se dispôs a realizar o exame, fez contato com Giordano e compareceram ao Mutirão. Giordano estava alegre. Revelou que cresceu sem conhecer o pai e passou por constrangimentos na escola pela falta da paternidade no registro de nascimento.

A alegria de Júlia Mara Ferreira, de 17 anos, era compartilhada pelo suposto pai, Robson Carvalho, enquanto aguardavam para fazer o exame. A decisão acaba com conflitos interiores, relatados por Júlia, para quem “é muito bom ter o nome do pai no registro e, agora, podemos estreitar os nossos contatos e a convivência”.

[Clique aqui para ver mais fotos no mutirão na Capital](#)



A coleta para exame de DNA foi feita por profissionais de saúde, nas instalações da Defensoria Pública



Jornal da Band do 07.10.2016 veiculou reportagem, em rede nacional, sobre o mutirão e entrevista com a defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard

Clique nos links para ver o noticiário sobre o Mutirão na Capital

[MGTV 1ª Edição](#)

[Band News 1ª Edição](#)

[CBN fm 106,1](#)

[O Tempo Online](#)

[Rádio Itatiaia](#)

[Rede Minas](#)

[Rede TV News](#)

continuação

Defensoria Pública de Minas Gerais completa 40 anos e promove Mutirão Direito a Ter Pai na Capital e em mais 40 comarcas

Além de Belo Horizonte, participaram da sexta edição do Mutirão Direito a Ter Pai as comarcas de Araguari, Araxá, Barbacena, Betim, Campanha, Cássia, Contagem, Conceição do Mato Dentro, Conselheiro Lafaiete, Curvelo, Divinópolis, Governador Valadares, Ibirité, Igarapé, Itajubá, Ipatinga, Ituiutaba, Iturama, Jaboticatubas, Januária, Juiz de Fora, Montes Claros, Muriaé, Nova Lima, Passos, Patos de Minas, Pedro Leopoldo, Pitangui, Poços de Caldas, Ponte Nova, Pouso Alegre, Três Pontas, Santa Luzia, São Lourenço, Sete Lagoas, Uberaba, Uberlândia e Vespasiano. Em Varginha, o Mutirão acontece no dia 21.10 e, em Teófilo Otoni, nos dias 17, 19, 21 e 24.10.

ARAGUARI

O Mutirão Direito a Ter Pai em Araguari atendeu 64 pessoas, realizando 14 exames de DNA e dois reconhecimentos espontâneos de paternidade.

ARAXÁ

Em Araxá, o Mutirão Direito a Ter Pai realizou 34 atendimentos, sendo sete exames de DNA e um reconhecimento espontâneo.

BARBACENA

Em Barbacena, o Mutirão Direito a Ter Pai prestou 151 atendimentos, com a realização de 32 exames de DNA e um reconhecimento espontâneo de paternidade. Foram instruídos 19 assistidos para o ajuizamento de ação de investigação de paternidade.

BETIM

Em Betim, o Mutirão Direito a Ter Pai atendeu 263 pessoas, com 47 inscrições para a realização de exame de DNA e 15 reconhecimentos espontâneos.



Os defensores públicos, Carlos Frederico Rosignoli de Lima; Maxnei Gonzaga; Mariana Ladeira Vieira; Mirelle Morato Gonzaga; Rômulo Luis Veloso de Carvalho e Ronaldo Araujo e Motta

CAMPANHA

Em Campanha, o Mutirão Direito a Ter Pai prestou 28 atendimentos, com a realização de sete exames de DNA.



A equipe que trabalhou no Mutirão em Cássia realizou 12 exames de DNA

CÁSSIA

Em Cássia, foram atendidas 69 pessoas, com a realização de um reconhecimento espontâneo de paternidade e 12 exames de DNA.

Trabalharam no atendimento a coordenadora Local, Ariadne Fernanda de Faria e Sousa Ramos, a gestora, Selma Carmozine, os estagiários, Kaique Valente Quaglia, Maria Aparecida Bento, voluntária da DP, e Valéria Xavier. Como voluntários, participaram os ex-estagiários Luiza Augusta Borges e Augusto Fonseca Rezende.

Balas e pirulitos foram distribuídos às crianças e os assistidos puderam tomar café com a equipe após a realização dos exames. A equipe trabalhou de rosa, em apoio ao Outubro Rosa.

continua >>

continuação

Defensoria Pública de Minas Gerais completa 40 anos e promove Mutirão Direito a Ter Pai na Capital e em mais 40 comarcas

Presentes ao evento o juiz da 1ª Vara de Cássia, Armando Fernandes Filho, a assessora parlamentar Olga Bastos e o pastor Rony Cleiton Barbosa.

De acordo com a coordenadora Local, Ariadne Fernanda de Faria e Sousa Ramos, o Mutirão “foi um evento maravilhoso, com momentos emocionantes, e fazer parte, mais uma vez desta ação, nos deixou, a todos da Defensoria de Cássia, muito felizes, já na expectativa para o próximo ano”.

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO

Em Conceição do Mato Dentro, o Mutirão Direito a Ter Pai prestou 66 atendimentos, realizando 13 exames de DNA.

CONSELHEIRO LAFAIETE

Em Conselheiro Lafaiete, o Mutirão Direito a Ter Pai atendeu 83 pessoas, realizando 16 exames de DNA e quatro reconhecimentos espontâneos de paternidade.

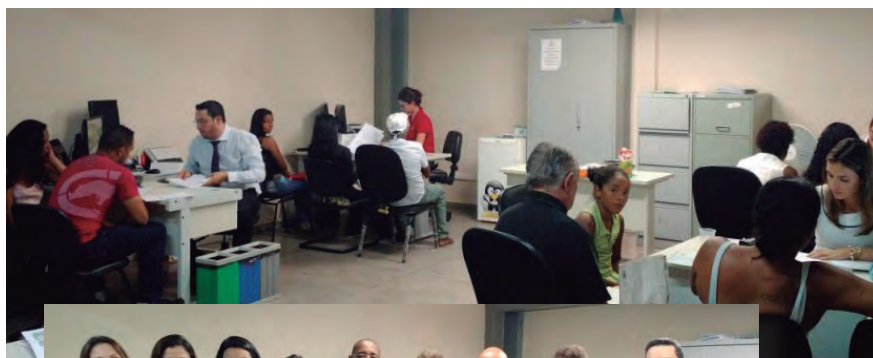
CONTAGEM

Em Contagem, durante o Mutirão Direito a Ter Pai, foram realizados 220 atendimentos, com 56 exames de DNA e 24 reconhecimentos espontâneos. Cinco técnicos do Laboratório Hermes Pardini realizaram a coleta do material genético.

O evento foi aberto com um café com autoridades, com a participação do procurador-geral do Município, Daniel Maia; da secretária adjunta de Governo municipal, Kátia Roque; das integrantes da Comissão de Direito das Famílias e Sucessões da OAB – Subseção de Contagem, Sandra Peixoto Barcelos de Olivei-

ra e Francilene Gomes da Silva; da integrante da Comissão de Eventos da OAB – Subseção de Contagem, Ana Carolina Brandão; da secretária adjunta da OAB – Subseção de Contagem, Daiana Ferreira Camargos; da representante do Cartório Nogueira – Registro Civil e Notas, de Contagem, Jaqueline Dias; e dos defensores públicos Silvia Leonel, Flávio Wandeck (representando a diretoria da Adep-MG), Bruno Canola, Elisa Schröder, Amanda Junqueira e Daniel Brocanelli.

continua >>



Em Contagem foram realizados 220 atendimentos, com 56 exames de DNA e 24 reconhecimentos espontâneos de paternidade



Os defensores públicos, Amanda Lemes, Elisa Schroder, Bruno Canola e Daniel Brocanelli; os estagiários, Fernanda, Sarah, José Guilherme, Gisele, Victor, Isabela, Alexandre; os funcionários da Defensoria, Reginaldo e Nathalia e Adriana Nunes e sua equipe representando o Laboratório Hermes Pardini

Os defensores públicos, Amanda Lemes, Elisa Schroder, Bruno Canola; os estagiários, Fernanda, Sarah, José Guilherme, Gisele, Victor, Isabela, Alexandre, Ana Paula, Flávio, e o servidor da Defensoria Pública, Reginaldo





continuação

Defensoria Pública de Minas Gerais completa 40 anos e promove Mutirão Direito a Ter Pai na Capital e em mais 40 comarcas

CURVELO

Em Curvelo, o Mutirão Direito a Ter Pai prestou 89 atendimentos, com a realização de 19 exames de DNA e dois reconhecimentos espontâneos de paternidade.

DIVINÓPOLIS

Em Divinópolis, foram atendidas 184 pessoas, sendo realizados 42 exames de DNA e um reconhecimento espontâneo, com sete atendimentos para a propositura de ação judicial. Foram parceiros da Defensoria Pública no evento a padaria Maria Baguete e os Supermercados ABC.

GOVERNADOR VALADARES

Em Governador Valadares foram realizados 398 atendimentos, com a realização de 67 exames de DNA e 24 reconhecimentos espontâneos de paternidade.

IBIRITÉ

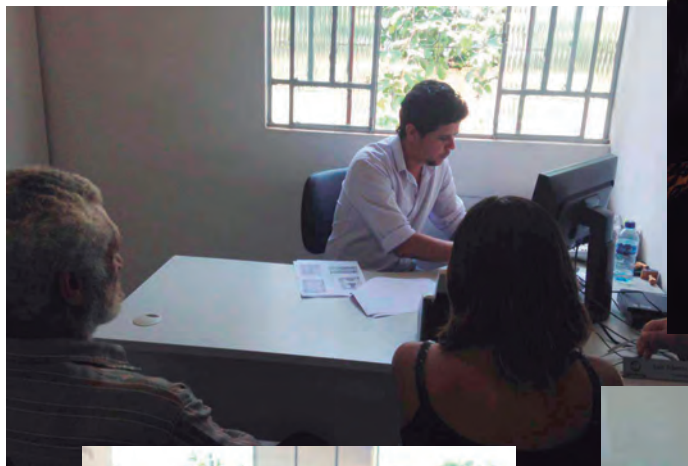
Em Ibirité, foram prestados 176 atendimentos, com a realização de 27 exames de DNA e 19 reconhecimentos espontâneos.



As defensoras públicas Camila Penna e Priscila Melo; e a assessora de Planejamento e Infraestrutura, Tifanie Avellar Carvalho, em Ibirité

IGARAPÉ

Em Igarapé, o Mutirão Direito a Ter Pai atendeu 68 pessoas, realizando 15 exames de DNA e um reconhecimento espontâneo de paternidade.



Mutirão Direito a Ter Pai atendeu 68 pessoas e realizou 15 exames de DNA em Igarapé



continuação

Defensoria Pública de Minas Gerais completa 40 anos e promove Mutirão Direito a Ter Pai na Capital e em mais 40 comarcas

IPATINGA

Em Ipatinga, o Mutirão Direito a Ter Pai atendeu 183 pessoas, realizando 38 exames de DNA, cinco reconhecimentos espontâneos e 11 ações de reconhecimento de paternidade.

Veja a cobertura da imprensa em Ipatinga

ITAJUBÁ

Em Itajubá, o Mutirão Direito a Ter Pai atendeu 65 pessoas, com a realização de 15 exames de DNA.

ITUIUTABA

A Defensoria Pública em Ituiutaba atendeu 298 pessoas, com a realização de 65 exames de DNA, quatro reconhecimentos espontâneos e formalizou oito ações de investigação de paternidade durante o Mutirão Direito a Ter Pai.



Em Ituiutaba, 298 pessoas passaram pela Defensoria Pública durante o Mutirão Direito a Ter Pai

Para o coordenador Local em Ituiutaba, Lupércio Carvalho Arantes, “o Mutirão Direito a Ter Pai tornou-se um evento com o qual a população conta todo ano. É como se já fizesse parte do calendário da cidade. Sua importância reside no fato de esclarecer e conscientizar sobre esse direito fundamental da pessoa, irrenunciável e imprescritível. É também instrumento de redução de demandas judiciais, o que ajuda na economia processual e na desobstrução da máquina judiciária”.

JABOTICATUBAS

A Defensoria Pública em Jaboticatubas prestou 63 atendimentos, com a realização de 13 exames de DNA e dois reconhecimentos espontâneos de paternidade.

JANUÁRIA

Em Januária, o Mutirão Direito a Ter Pai atendeu 68 pessoas, realizando 12 exames de DNA, quatro reconhecimentos espontâneos e duas ações de reconhecimento de paternidade.

Veja a cobertura da imprensa em Januária

JUIZ DE FORA

Em juiz de Fora, o Mutirão Direito a Ter Pai atendeu 425 pessoas, realizou 75 exames de DNA e 30 reconhecimentos espontâneos.

A coordenadora Regional Mata I, Ana Lucia Gouveia Leite, destaca que, “além das implicações jurídicas, saber a origem biológica é importante também para tratamentos de saúde, em casos de doações de sangue e de órgãos e transplantes, tanto para o suposto pai quanto para o suposto filho”.

Veja a cobertura da imprensa em Juiz de Fora

MONTES CLAROS

Em Montes Claros, o Mutirão atendeu 822 pessoas, realizando 154 exames de DNA, 26 reconhecimentos espontâneos e 41 ações de reconhecimento de paternidade.

Este ano, teve aumento de 25% na procura dos serviços. Para o coordenador da Regional Norte, Cláudio Fabiano Pimenta (*foto*), “o aumento se deve ao sucesso das edições anteriores. Quem faz o reconhecimento espontâneo vai direto ao cartório para retirar o registro de nascimento já com o nome do pai”, ressaltou.



Veja a cobertura da imprensa em Montes Claros

MURIAÉ

O Mutirão Direito a Ter Pai em Muriaé atendeu 262 pessoas, realizando 56 exames de DNA e três reconhecimentos espontâneos de paternidade.

continuação

Defensoria Pública de Minas Gerais completa 40 anos e promove Mutirão Direito a Ter Pai na Capital e em mais 40 comarcas

NOVA LIMA

Em Nova Lima, o Mutirão prestou 102 atendimentos, com a realização de 14 exames de DNA e oito reconhecimentos espontâneos de paternidade.

PASSOS

O Mutirão Direito a Ter Pai em Passos atendeu 52 pessoas, com a realização de 13 exames de DNA.

Para o coordenador Local em Passos e da Regional Sudoeste, Carlos Alberto Thomazelli Penha, “o Mutirão foi um sucesso. Os assistidos ficaram satisfeitos com o atendimento, em um evento que valoriza a imagem da Defensoria Pública de Minas Gerais”.

POÇOS DE CALDAS

Em Poços de Caldas, o Mutirão Direito a Ter Pai atendeu 214 pessoas, realizando 48 exames de DNA, e três reconhecimentos espontâneos de paternidade.

Veja a cobertura da imprensa em Poços de Caldas:

G1 Sul de Minas

O Melhor do Sul de Minas

PONTE NOVA

Com 76 atendimentos, o Mutirão Direito a Ter Pai realizou 18 exames de DNA em Ponte Nova.

PASSOS – Os jornalistas Marco Aurélio Dornelles de Castro e Dirley Freitas; a defensora pública Adriana Correia Silva; a assessora parlamentar, Olga Aparecida Borges Bastos de Oliveira; presidente da subseção da OAB de Passos, Maria Lúcia Andrade de Abreu Latt; o prefeito eleito de Passos, Renatinho Ourives; e os defensores públicos, Carlos Alberto Thomazelli Penha e Antônio César Camargo Jardim



PATOS DE MINAS

Em Patos de Minas, o Mutirão Direito a Ter Pai atendeu 204 pessoas, realizando 39 exames de DNA e dois reconhecimentos espontâneos.

Veja a cobertura da imprensa em Patos de Minas

POUSO ALEGRE

Em Pouso Alegre, o Mutirão Direito a Ter Pai atendeu 51 pessoas, com a realização de nove exames de DNA e dois reconhecimentos espontâneos.

PEDRO LEOPOLDO

Em Pedro Leopoldo, foram prestados 93 atendimentos, com a realização de 17 exames de DNA, um reconhecimento espontâneo e uma ação de reconhecimento de paternidade.

PITANGUI

Em Pitangui, foram realizados 81 atendimentos, com 17 exames de DNA, entre estes, um para reconhecimento de maternidade.

Para a coordenadora Local em Pitangui, Patrícia Mesquita, “no Mutirão, os defensores, estagiários envolvidos e servidores sentem uma grande emoção em poder ajudar as pessoas que sonham com o reconhecimento da paternidade em seus registros e a criação de novo elo afetivo com o pai biológico”.



Equipe atendeu 51 pessoas em Pouso Alegre, com a realização de nove exames de DNA

continuação

Defensoria Pública de Minas Gerais completa 40 anos e promove Mutirão Direito a Ter Pai na Capital e em mais 40 comarcas

SANTA LUZIA

O Mutirão Direito a Ter Pai em Santa Luzia atendeu 141 pessoas, com a realização de 32 exames de DNA.

SÃO LOURENÇO

O Mutirão Direito a Ter Pai prestou 62 atendimentos em São Lourenço, sendo 13 para exame de DNA.

Veja a cobertura da imprensa em São Lourenço



Equipe que trabalhou no Mutirão em São Lourenço prestou 62 atendimentos

SETE LAGOAS

Em Sete lagoas, foram atendidas 217 pessoas, com a realização de 42 exames de DNA e nove reconhecimentos espontâneos de paternidade.

Participaram do atendimento os defensores públicos Lincoln Jotha, Gilson Maciel, Frederico Newman, Nívea Lacerda e Tatiana Versiani; e os servidores Adilma Afonsina, Simone Teodoro e Maria Carolina Muniz.

TRÊS PONTAS

Em Três Pontas, o Mutirão realizou 80 atendimentos, com 13 exames de DNA e sete reconhecimentos espontâneos, seis deles envolvendo filhos adultos.

Foram abertos sete procedimentos para investigação de paternidade cumulada com alimentos.

Durante o Mutirão, a Defensoria Pública concluiu, por antecipação de audiência, o processo de inves-

tigação de paternidade de JMV, que tramitava na 2ª Vara de Três Pontas e seria julgado em 08 de novembro próximo. Com a presença do investigado, que compareceu espontaneamente, da mãe e da criança no Mutirão, foi firmado acordo judicial de reconhecimento de paternidade e questões como visitação e alimentos.

De acordo com o coordenador Local em Três Pontas, Gustavo Trindade Pimenta, “o mutirão foi positivo, por atender a demanda específica dos assistidos, viabilizando, para todos os que procuraram a Instituição, as vias jurídicas adequadas à obtenção, com maior brevidade possível, do devido registro de paternidade. Destaque-se, além disso, a percepção do considerável número de filhos maiores de idade e moradores da zona rural pleiteando o reconhecimento de paternidade”.



Em Três Pontas, foram realizados 13 exames de DNA e sete reconhecimentos espontâneos de paternidade



continuação

Defensoria Pública de Minas Gerais completa 40 anos e promove Mutirão Direito a Ter Pai na Capital e em mais 40 comarcas

UBERABA

Em Uberaba, o Mutirão Direito a Ter Pai realizou 197 atendimentos, com a realização de 34 exames de DNA e cinco reconhecimentos espontâneos de paternidade.

Veja a cobertura da imprensa em Uberaba

VESPASIANO

Em Vespasiano, o Mutirão Direito a Ter Pai prestou 122 atendimentos, com a realização de 23 exames de DNA e um reconhecimento espontâneo de paternidade.

UBERLÂNDIA

Em Uberlândia, o Mutirão Direito a Ter Pai registrou 1.962 atendimentos, sendo realizados 139 exames de DNA e 46 reconhecimentos espontâneos.

O coordenador Local, Clayton Rodrigues Sabino Barbosa, ressaltou a importância do mutirão Direito a Ter Pai, destacando que o município registra mensalmente

de 60 a 80 nascimentos de crianças que não terão o nome do pai no registro. E destacou que “a expectativa é que o Mutirão Direito a Ter Pai seja realizado em todos os estados da Federação no ano que vem”.

O mutirão foi notícia na imprensa local.



O coordenador da Regional Triângulo II, Evaldo Gonçalves da Cunha, na abertura dos trabalhos do Mutirão em Uberlândia



Em Uberlândia, solenidade de abertura contou com a presença de autoridades do Legislativo e Executivo municipais, além do Judiciário, Ministério Público e da OAB





Defensora pública-geral reúne-se com governador do Estado e secretários de governo

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, acompanhada do coordenador Criminal da Capital, Fernando Camargos, e do assessor Institucional, Nikolas Katopodis, reuniu-se com o governador Fernando Pimentel, no dia 13 de outubro, no Palácio da Liberdade, para tratar de assuntos de interesse institucional e relativos à política de estado ligada ao sistema prisional.

FOTO: VERONICA MANEVY/SEGOV



O assessor Institucional, Nikolas Katopodis; o coordenador Criminal da Capital, Fernando Camargos; a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard; o governador Fernando Pimentel; o secretário de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais, Marco Antônio Resende e o secretário Administração Prisional, Francisco Kupidlowisk

A reunião foi acompanhada pelos secretários de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais, Marco Antônio Resende, de Governo, Odair Cunha, e de Administração Prisional, desembargador Francisco Kupidlowisk.

A defensora pública-geral apresentou ao governador o trabalho realizado pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais no sistema prisional mineiro, bem como as perspectivas e projetos da Defensoria Pública-Geral na área, com os olhos voltados para o atendimento da população carcerária, revisão das normas internas que tratam de inspeções, bem como adoção de protocolos nacionais na área da execução penal e no atendimento criminal, estabelecendo verdadeira política estadual de atendimento à população privada de liberdade.

O governador ressaltou a importância da Defensoria Pública para a execução das políticas públicas relativas ao sistema prisional, bem como o papel fundamental do defensor público na execução da pena e no acompanhamento das prisões cautelares.

Os secretários de Governo e de Casa Civil manifes-

taram ativamente sobre o tema e também endossaram as palavras do governador sobre o papel e importância da Defensoria Pública.

O novo Secretário de Administração Prisional se colocou à disposição para formar uma parceria de trabalho com a Defensoria Pública em prol das pessoas privadas de liberdade em Minas Gerais.

A defensora pública-geral pontuou outras questões de interesse institucional, inclusive a importância da estruturação da Instituição para concretização de projetos relevantes, bem como ressaltou a missão constitucional da Defensoria Pública, notadamente o atendimento de toda a população privada de liberdade.

O governador Fernando Pimentel, reconhecendo a importância do fortalecimento da Instituição, afirmou que confia na parceira e no trabalho da Defensoria Pública como Instituição de Estado, afirmou que desse trabalho conjunto surgirão bons frutos para o Executivo, para a DPMG e, especialmente, para a população privada de liberdade.

continua >>



continuação

Defensora pública-geral reúne-se com governador do Estado e secretários de governo

Casa Civil e Relações Institucionais

Em reunião realizada na Secretaria de o secretário de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais, no dia 07 de outubro, a defensora pública-geral Christiane Neves Procópio Malard, acompanhada do coordenador Criminal, Fernando Camargos, do assessor Institucional, Nikolas S.Macedo Katopodis, e a defensora pública, Emília Eunice Alcaraz Castilho, deu prosseguimento às pautas anteriores, tratando com o secretário Marco Antônio Resende sobre as-

suntos de interesse da Instituição, do Executivo e da classe.

Nas últimas reuniões conjuntas, o trabalho da Defensoria Pública no sistema prisional vinha sendo um dos focos de interesse do governo, razão pela qual a defensora pública-geral fez, nesta oportunidade, explanação ao secretário sobre a atividade da Instituição, especialmente após a Lei 12.313/10, e dos projetos a curto e médio prazo da DPMG, o que culminou na realização da reunião do dia 13 de outubro.

FOTO: VERONICA MANEVY/SEGOV



O coordenador Criminal, Fernando Camargos; a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard; o secretário Marco Antônio Resende; a defensora pública, Emília Castilho e o assessor Institucional, Nikolas Katopodis

Defensora-geral visita corregedor-geral do TJMG

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, acompanhada do coordenador Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araújo, e do assessor Jurídico-Institucional, Cláudio Miranda Pagano, visitou, dia 11.10.2016, o corregedor-ge-

ral do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), André Leite Praça, oportunidade em que foram tratados assuntos interinstitucionais relacionados ao sistema prisional e aplicação do novo Código de Processo Civil.



O coordenador Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araújo; a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard; o corregedor-geral de Justiça, André Leite Praça; e o assessor Jurídico-Institucional Cláudio Miranda Pagano



Defensora-geral visita diretor do Foro da Capital

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, acompanhada do coordenador Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araújo, e da assessora Institucional, Cibele Cristina Maffia Lopes, visitou, no dia 14.10.2016, o diretor do Foro de Belo Horizon-

te, Marcelo Rodrigues Fioravante.

No encontro, foram tratados assuntos institucionais, o “Programa Julgar” e a cessão de sala no Fórum Lafayette para defensores públicos que atuam no Júri.



O coordenador Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araújo; a assessora Institucional, Cibele Cristina Maffia Lopes; a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard; e o diretor do Foro, Marcelo Fioravante

Corregedoria-Geral entrega Manual de Atuação dos defensores públicos

No dia 17.10.2016, o corregedor-geral da Defensoria Pública de Minas Gerais, Ricardo Sales Cordeiro, entregou à defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, e aos assessores da Defensoria-Geral a 5ª edição do “Manual de Atuação Funcional dos Defensores Públicos de Minas Gerais”.

A obra tem como objetivos principais a orientação e a harmonização de condutas dos órgãos de execução da Defensoria Pública, nas mais diversas áreas do Direito, visando à constante capacitação dos defensores públicos. A nova edição é inovadora e decorre de projeto de gestão que valoriza a atuação pedagógica e preventiva da Corregedoria-Geral, por meio da orientação funcional de seus membros.

O Manual inclui informações gerais, orientações funcionais, artigos jurídicos, pareceres, e os roteiros práticos de atuação dos defensores públicos, em cada um dos diversos eixos temáticos ligados à missão institucional de prestar assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita aos necessitados.

Também participaram da entrega da publicação a chefe de gabinete, Luciana Leão Lara; os assessores Jurídico-Institucionais, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias e Cláudio Miranda Pagano; o assessor Institucional, Nikolas S. Macedo Katopodis; e os assessores da Corregedoria-Geral, Cirilo Augusto Fiúza Saldanha de Vargas, Francisco de Assis de Castro Calcagno, Marcelo Paes Ferreira da Silva e Ronivaldo Robson do Nascimento Chaves.



Em sentido horário: assessor Institucional, Nikolas Katopodis; assessores da Corregedoria-Geral, Ronivaldo Chaves e Marcelo Paes; corregedor-geral, Ricardo Sales Cordeiro; defensora-geral, Christiane Malard; assessora Jurídico-Institucional, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; assessores da Corregedoria, Francisco Calcagno e Cirilo Vargas; assessor Jurídico-Institucional, Cláudio Pagano; e a chefe de gabinete, Luciana Leão Lara



EVENTOS

Coordenador da Criminal participa de solenidade em comemoração aos 10 anos da Casa de Custódia da PCMG

O coordenador da área Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araújo, representou a defensoria pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, na solenidade de comemoração dos 10 anos da Casa de Custódia da Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG). O evento aconteceu dia 10.10.2016, em Belo Horizonte e contou com a participação de autoridades da Polícia Civil, da Casa de Custódia e do juiz titular da Vara de Execuções Penais de Belo Horizonte (VEP-BH), Luiz Carlos Rezende e Santos.

Da esquerda para direita: delegado assistente da chefia da PCMG, Antônio Carlos de Alvarenga Freitas; superintendente de Informações e Inteligência Policial, Architon Zadra Filho; juiz titular da VEP-BH, Luiz Carlos Rezende e Santos; pároco da Polícia Civil, padre Márcio Nicolau; coordenadora do Núcleo de Gestão Prisional da PCMG, Rosilene Alves de Souza; coordenador da área Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araújo; chefe do Departamento de Polícia Civil em Ipatinga, Gilberto Simão Melo; diretor da Casa de Custódia da PCMG, Walter do Rosário de Souza Felisberto; ex-diretor da Casa de Custódia da Polícia Civil, João Evangelista Tiago Souza Neto; e inspetor da Casa de Custódia da Polícia Civil, Carlos Tadeu



Defensor Público participa de inauguração de novo sistema de videomonitoramento em Muriaé

O defensor público, José Geraldo Máfia Júnior, em atuação na comarca de Muriaé, representou a defensoria pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, na inauguração da Central de Videomonitoramento e do Centro de Inteligência Regional em Muriaé, no dia 6 de outubro, no Centro Administrativo Municipal Presidente Tancredo Neves.

O sistema de videomonitoramento foi implantado em Muriaé com 34 câmeras de alta tecnologia e alcance, instaladas em pontos estratégicos da cidade como ruas, avenidas, praças, bairros, entradas e saídas da cidade. O evento também contou com a participação do defensor público, André Luiz Campos Vieira, autoridades locais, como prefeito, vereadores, secretariado Municipal, representantes das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros.



O defensor público José Geraldo Máfia, à esquerda, durante a inauguração do novo sistema de videomonitoramento em Muriaé

EVENTOS | *continuação*

Defensores públicos participam de audiências públicas sobre revisão tarifária da Copasa

Em Varginha, o coordenador Local, Márcio Salgado Almeida, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, na audiência pública que debateu e recolheu contribuições relacionadas à 2ª Etapa do processo de Revisão Tarifária Periódica da Copasa.

A audiência aconteceu dia 06 de outubro de 2016, na Câmara Municipal, e foi promovida pela Agência Reguladora dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae-MG)

Em sua participação, o coordenador Local parabenizou a iniciativa da Arsae de promover a interiorização das audiências públicas. “É de extrema importância a mudança da estrutura tarifária da Copasa, a fim de que de fato seja implantada a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, o que tem forte impacto na saúde e qualidade de vida da população”.

A audiência pública contou também com a participação de líderes comunitários, representantes da Copasa, de Municípios da região, de diversas entidades e da população.

Belo Horizonte

O defensor público, Lucas Simões, em atuação na 38ª Defensoria de Cooperação Cível/BH, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, dia 10.10.2016, na audiência pública realizada pela Arsae-MG, no Crea-MG, em Belo Horizonte.

O encontro encerrou o ciclo das quatro palestras que aconteceram no Estado para debater o tema, apresentando aspectos gerais e recolhendo contribuições sobre temas inerentes à realização da 2ª etapa.

Em sua participação, o defensor público destacou a importância das audiências públicas e da revisão tarifária.

O defensor público, Lucas Diz Simões; a secretária de Estado de Cidades e Integração Regional, Isabel Chiodi; o diretor geral da Arsae-MG, Gustavo Gastão; o gerente de ativos, Márcio Figueiredo; o coordenador econômico, Raphael Brandão; o diretor da Arsae-MG, Gustavo Gibson



Da esquerda para direita: gerente do Distrito do Rio Verde, Marco Aurélio Ribeiro; chefe da Superintendência Operacional Sul, Guilherme Frasson Neto; presidente da Câmara de Vereadores de Varginha, Rômulo Azevedo Ribeiro; defensor público, Márcio Salgado Almeida; diretor de Operação Sul da Copasa, Frederico Delfino; diretor da Arsae, Gustavo Gibson

“A crise hídrica está sendo um dos principais motivos utilizados pela Copasa ao reivindicar o aumento tarifário, mas não é certo que o consumidor pague a mais por isso, uma vez que o acesso à água é garantido conforme o Princípio de Modicidade Tarifária, onde o consumidor deve pagar o menor valor possível para ter acesso a esse direito”.

O processo da 2ª etapa da primeira Revisão Tarifária acontecerá em três fases: a primeira fase terminou no dia 14 de outubro e abordou os aspectos gerais da Revisão Tarifária; a segunda, será realizada entre os dias 01 de dezembro e 30 de janeiro, ocasião em que serão apresentadas as propostas metodológicas; por fim, a terceira fase, entre os dias 17 de abril e 15 de maio, exibindo os resultados finais depois da aplicação das propostas sugeridas.

O projeto de Revisão Tarifária objetiva a implementação de incentivos ao aumento da qualidade da prestação de serviços, à proteção manancial, à redução de perdas, à universalização dos serviços de esgotamento sanitário e à reavaliação do atual modelo de cobrança dos serviços.



AÇÕES EM DESTAQUE

Defensorias do Rio de Janeiro, Pernambuco e Minas Gerais enviam relatório sobre violação de preceitos da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência à ONU

As Defensorias Públicas dos Estados do Rio de Janeiro, Pernambuco e Minas Gerais enviaram à ONU, no 05.10.2016, relatório sobre a forma de aplicação das Medidas de Segurança em Hospitais de Custódia e em Unidades Prisionais comuns, bem como, o modo de tratamento dispensando aos portadores de transtorno mental que aguardam o encerramento do processo penal.

O referido documento será submetido à Revisão Periódica Universal (RPU), procedimento no qual o estado brasileiro é questionado acerca das violações aos direitos humanos apresentadas ao Conselho de Direitos Humanos. Tal procedimento é previsto na Resolução nº 5/1 do Conselho de Direitos Humanos da ONU, de 18 de junho de 2007.

Esta é a terceira vez que o Brasil é submetido a esse procedimento, que objetiva precipuamente o

chamado “diálogo-constructivo”, no qual poderá assumir o compromisso de trabalhar internamente para a cessação da violação apresentada.

No documento enviado, as defensoras e defensores públicos relataram a patente violação nesses três estados dos preceitos constantes na Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência – ratificada pelo Decreto nº 6.949/2009 –, na Lei nº 10.216/2001 e da política antimanicomial vigente no país, bem como, apresentaram a prática exitosa de aplicação da Medida de Segurança existente no Estado de Goiás, por meio do PAILI – Programa de Atenção Integral ao Louco Infrator. Objetiva-se, com tal documento, acelerar o processo de deslocamento do tratamento destas pessoas do Sistema Penitenciário para a Rede de Atenção Psicossocial dos Municípios, conforme preceitua a legislação brasileira.

Defensor público ministra palestra sobre Tribunal do Júri

No dia 06 de outubro, o defensor público de Classe Especial e titular da 2ª Defensoria do Tribunal do Júri da Comarca de Belo Horizonte, Marcelo Tadeu de Oliveira, proferiu palestra para os alunos de Direito da Faculdade Kennedy.

À convite da professora da faculdade, Lucélia Sena,

o defensor público participou do evento ao lado do promotor de Justiça, Francisco Santiago, ocasião em que falaram sobre o tema Tribunal do Júri.

A palestra faz parte da Semana Jurídica realizada pela instituição de ensino e contou com a participação de 200 alunos.



O promotor de Justiça, Francisco Santiago; o professor Jânio Donato; o defensor público, Marcelo Tadeu de Oliveira; e a professora da faculdade Kennedy, Lucélia Sena



AÇÕES EM DESTAQUE | *continuação*

Defensoria Pública em Santos Dumont participa de feira de saúde e cidadania

A Defensoria Pública do Estado em Santos Dumont participou da feira de saúde e cidadania, no dia 09 de outubro de 2016, na Escola Estadual “João Gomes Velho”. O evento foi promovido pelo Lions Clube Santos Dumont, em parceria com a Defensoria Pública no município.

Durante o evento, o defensor público e coordenador Local, Geraldo Magela, a estagiária Marysângela

e a voluntária Nayara, realizaram 57 atendimentos jurídicos, dentre eles: 28 na área de família, 13 na área da saúde, 10 na área do consumidor e 16 na área de previdência. Além dos atendimentos, também foram distribuídas cartilhas contendo orientações sobre direitos do consumidor, idoso, saúde e violência contra mulher, levando mais informações aos assistidos e proporcionando justiça para todos.



O coordenador local, Geraldo Magela, participou dos atendimentos realizados para os moradores do Município

Defensora pública participa de semana de sensibilização para a mediação



A representante da Comissão de Mediação da OAB/MG, Flávia Rezende; a mediadora Judicial e Extrajudicial, Renata Caldas; a defensora pública, Francis Coutinho; a representante da ESA/OAB, ICFML, OAB/MG, Dulce Nascimento; e a representante do INSEPE, Eloiza Ferreira

A defensora pública, Francis de Oliveira Rabelo Coutinho, em atuação na Defensoria de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), participou, dia 10.10.2016, no auditório do CREA-MG, de debate incluído na Semana de Sensibilização para a Mediação “Ciclo de Palestras e Colóquio de Instituições em Belo Horizonte e Região Metropolitana de Belo Horizonte”.

O evento pretende sensibilizar as pessoas para a mediação e proporcionar aos mediadores novas perspectivas sobre a temática e ferramentas de trabalho. Este movimento iniciou-se no Reino Unido em 2015 e, neste ano de 2016, se estendeu também para Portugal, Irlanda e Brasil. A iniciativa foi coordenada pela Clarificar – Consultoria e Gestão de Conflitos.

AÇÕES EM DESTAQUE | *continuação*

Coordenador Regional Sudoeste ministra palestra no presídio de Passos

No dia 11 de outubro, o defensor público da Infância e Juventude e Execução Penal de Passos e coordenador Local e da Regional do Sudoeste, Carlos Alberto Thomazelli, proferiu palestra sobre os “Os efeitos jurídicos das drogas na vida do detento”, para 12 detentos no presídio de Passos.

A palestra faz parte de projeto da Equipe de Resocialização do presídio, que realiza um ciclo palestras com diversas abordagens no combate às drogas, como saúde, assistência social e jurídica, entre outros.

Durante a palestra, o defensor abordou temas jurídi-

cos como o contexto histórico da legislação de combate às drogas, além dos aspectos gerais e jurisprudenciais da legislação específica de combate às drogas.

De acordo com Carlos Alberto Thomazelli, a palestra é uma forma de conscientização dos malefícios das drogas na vida do detento. “Procuramos demonstrar o quanto eles são prejudicados pelo envolvimento com as drogas e percebemos que houve uma boa acolhida pelos detentos que participaram do evento, assim como pelos organizadores, uma vez que eles não possuem uma visão contextual sobre o tema”, ressaltou.

O coordenador Local de Passos e da Regional do Sudoeste, Carlos Alberto Thomazelli, durante palestra para os detentos do presídio de Passos



Defensores públicos participam de debate na Faculdade Pitágoras

O assessor Institucional, Nikolas Katopodis, participou, no dia 18.10.2016, do Giro de Profissões da Faculdade Pitágoras, em Betim, juntamente com as defensoras públicas, Sarah Durço Vianna, em atuação na 1ª Defensoria das Famílias e Mariana Ladeira Vieira,

também em atuação na comarca.

O evento reuniu alunos de escolas municipais, que conversaram com os defensores públicos sobre a carreira de Defensor Público e as atividades e serviços oferecidos pela Instituição à população hipossuficiente.

continua >>



Giro de Profissões reuniu alunos de escolas municipais e defensores públicos na Faculdade Pitágoras em Betim

AÇÕES EM DESTAQUE | *continuação***Defensores públicos participam de debate na Faculdade Pitágoras**

A defensora pública, Mariana Ladeira Vieira, o assessor Institucional, Nikolas Katopodis, e Sarah Durço Vianna em atuação na 1ª Defensoria das Famílias

Outubro Rosa: Defensoria Pública e SES-MG promovem atividade sobre prevenção do câncer

No dia 18.10.2016, os assistidos que aguardavam atendimento nas salas de espera das unidades da Defensoria Pública na Capital receberam informações sobre prevenção do câncer de mama e de colo do útero. A atividade, promovida por meio de parceria da Ascom com a Secretaria Estadual de Saúde (SES), integrou as ações da campanha Outubro Rosa promovida pelo órgão.

Neste ano, com o tema “E você, já descobriu que todo dia pode ser rosa?”, a iniciativa tem o objetivo de mobilizar as mulheres sobre a importância de cuidar da saúde todos os dias e de forma integral, incentivando visitas regulares ao médico e proporcionando, assim, a

prevenção de doenças e garantindo melhor qualidade de vida.

Em um bate-papo com os assistidos, as técnicas da Coordenação de Atenção à Saúde da Mulher, da SES, Priscila de Faria Pereira e Michelle Souza Costa, forneceram informações, principalmente, sobre o câncer de mama, que possui a maior incidência e a maior mortalidade na população feminina em todo o mundo, alertando sobre a importância da realização da mamografia, que é fundamental para diagnosticar a doença em estágios iniciais.

Foi realizada, ainda, distribuição de folhetos informativos e de laço rosa, símbolo do Outubro Rosa.



Assistidas, Bárbara de Oliveira, Rosimeire Ferreira e Ieda Ribeiro, mostram o material recebido

A coordenadora do Atendimento da Capital, Eden Mattar (à esquerda), apresentou as profissionais da SES e a atividade



COOPROC | CCAP

COORDENADORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS | COORDENADORIA DE CAPACITAÇÃO

CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL

Atividades da Corregedoria-Geral são apresentadas aos novos defensores públicos

Os defensores públicos, que participam do 5º Curso de Formação Inicial, tiveram no dia 18.10.2016, no auditório da Unidade I da Defensoria Pública, encontro com o corregedor-geral, Ricardo Sales Cordeiro, e sua equipe, oportunidade em que receberam informações sobre as atividades da Corregedoria-Geral, o sistema de acompanhamento do estágio probatório, orientações funcionais e o processo administrativo disciplinar.

Os participantes receberam o exemplar da 5ª edição do “Manual de Atuação dos Defensores Públicos”, constando toda a matéria pertinente ao órgão correcional e a atuação finalística dos defensores públicos.

A formação acontecerá até o dia 17 de novembro, com o objetivo de capacitar e proporcionar mais qualidade aos serviços prestados à população.



Equipe da Corregedoria debateu com os novos defensores públicos as atividades do órgão

Palestras sobre relacionamento da Defensoria Pública com Judiciário e Legislativo

Os novos defensores empossados no dia 9 de setembro tiveram, no dia 19.10.2016, um ciclo de palestras sobre a Defensoria Pública e os poderes Legislativo e Judiciário, durante o curso de formação inicial para ingresso na carreira.

A abertura do encontro foi realizada pela defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Marlar, que apresentou o primeiro palestrante, o juiz auxiliar Tiago Colnago, ressaltando a importância, do momento, pela troca de experiências interinstitucionais e o debate de ideias entre os operadores da Justiça.

Em sua palestra, Thiago Colnago Cabral abordou o Sistema Eletrônico de Execução Penal (Seeu), que foi criado com o objetivo de facilitar o controle processual da execução da pena, além de permitir um trâmite mais eficiente e proporcionar a gestão confiável dos dados da população carcerária. O Seeu informatiza os processos de execução penal, permitindo a automação dos cálculos para a concessão de benefícios, como comutação, indulto e progressão de regime. E, ainda, vincula os dados dos detentos, permitindo a identificação completa de sua situação.

continua >>

COOPROC | CCAP – *continuação*

A coordenadora de Capacitação, Hellen Caires Teixeira Brandão; o juiz Thiago Colnago, e a defensora pública-geral, Christiane Malard



Thiago Colnago enfatizou a importância do sistema para o trabalho dos defensores públicos da execução penal, ao facilitar o acesso às informações sobre o detento. O juiz destacou a importância da Defensoria Pública na execução penal, exercendo suas prerrogativas constitucionais, da visita aos detentos ao acompanhamento do trâmite dos processos, assumindo sua feição própria para o exercício do processo legal. De acordo com o juiz auxiliar, “a Defensoria Pública é parceira do Judiciário, construindo interface que traz bons resultados para o cidadão”. Também elogiou a determinação da Defensoria Pública que, “em tempos difíceis como os de agora, conseguiu a nomeação de novos defensores públicos, num esforço louvável, que merece felicitações”.

Ministério Público

O procurador de Justiça, Rômulo de Carvalho Ferraz, discorreu sobre as semelhanças entre o Ministério Público e a Defensoria Pública, na conquista do espaço constitucional. Ex-secretário de Defesa Social e adjunto da Casa Civil, Rômulo Ferraz comparou o momento vivido pela Defensoria Pública de Minas Gerais ao que o Ministério Público viveu quando a instituição estruturava sua autonomia e administração.

O procurador de Justiça destacou o trabalho da Defensoria Pública na intermediação de conflitos fundiários urbanos ou rurais, participando das mesas de negociação do Governo e trabalhando pela conciliação e superação dos conflitos.

continua >>



O coordenador Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araújo; o assessor Institucional Pércles Batista da Silva; a coordenadora de Capacitação, Hellen Caires Teixeira Brandão; o juiz Thiago Colnago; a defensora pública-geral, Christiane Malard; e o procurador Rômulo Ferraz

COOPROC | CCAP – *continuação*

Palestras sobre relacionamento da Defensoria Pública com Judiciário e Legislativo

Rômulo Ferraz também ressaltou a importância da Instituição nas áreas de Saúde e Criminal, particularmente na execução penal, “campo em que a relação com a Defesa Social é imprescindível, espaço em que tem protagonismo relevante, com participação fundamental na conciliação e na manutenção da estabilidade do sistema”, frisou.

Ordem dos Advogados

O representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Adriano Cardoso, destacou, em sua palestra, que a OAB está de portas abertas aos novos defensores públicos, exortando-os a integrarem os quadros da entidade, realçando os serviços oferecidos aos associados. Adriano Cardoso ressaltou a necessidade e importância de defensores públicos e a OAB caminharem juntos, com participação nas comissões temáticas. Destacou recente atividade promovida pela OAB, com a participação da Defensoria Pública, no planejamento e realização do II Fórum Direito das Pessoas com Deficiência – Lei Brasileira de Inclusão (LBI).

De acordo com Adriano Cardoso, a Defensoria Pública destaca-se por sua importância no sistema dos operadores do Direito, com um papel institucional que a torna nobre entre as instituições.

Assembleia Legislativa

O presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Assembleia Legislativa, deputado estadual Cristiano Silveira, falou para os novos defensores sobre a experiência no Parlamento, o papel do Legislativo e seu funcionamento no Brasil, oportunidade em que destacou a possibilidade da Defensoria Pública apresentar projetos de lei à Assembleia Legislativa. Realçou a interação entre a Comissão de Direitos Humanos e a Defensoria Pública, além do trabalho do Legislativo em defesa das minorias, em parceria com várias instituições, entre elas a Defensoria Pública.

Cristiano Silveira defendeu a presença da Defensoria Pública na Assembleia Legislativa “nas questões pertinentes e necessárias ao povo mineiro na construção do estado democrático de direito e na relação com outros atores sociais”, ressaltou.

O deputado destacou a importância e a presença da Defensoria Pública na defesa dos direitos humanos, na participação em audiência pública sobre ocupações urbanas, rurais e assentamentos; no acompanhamento do caso do rompimento da barragem de



A defensora pública-geral, Christiane Malard e o procurador Rômulo Ferraz



O advogado Adriano Cardoso e a assessora Institucional, Diana de Lima Prata Camargos



O deputado Cristiano Silveira e a chefe de Gabinete Luciana Leão Lara

Fundão, em Mariana; no impacto da atividade mineradora nas cidades; entre outros exemplos de parceria com a Assembleia Legislativa, como projeto de lei que estabelece que o Estado deverá oferecer um atendimento humanizado e padronizado à mulher vítima de violência, em todos os órgãos públicos.

COOPROC | CCAP – *continuação*

CCAP INFORMA

Seminário “A Defensoria Pública e a Garantia de Direitos no âmbito Internacional”

Estão abertas as inscrições para o seminário “A Defensoria Pública e a garantia de Direitos no Âmbito Internacional”, que será realizado no auditório do Palácio da Justiça, em Porto Alegre, nos dias 17 e 18 de novembro.

O evento é promovido pela Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), Escola Nacional dos Defensores Públicos do Brasil (Enadep), Associação dos Defensores Públicos do Rio Grande do Sul (ADPERGS), Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE-RS) e Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul.

O seminário tem como público-alvo defensores públicos, comunidade acadêmica e ativistas dos Direitos Humanos. Acesso à Justiça, cidadania, dignidade da pessoa humana, promoção e proteção dos Direitos Humanos são alguns dos temas que serão discutidos durante o encontro.



Inscriva-se aqui – inscrições gratuitas e limitadas

Confira aqui a programação na íntegra.

Mais informações:

www.anadep.org.br ou (61) 3963-1747

Palestra “A importância das constelações familiares na prática jurídica”

A Coordenadoria de Capacitação informa que estão abertas as inscrições para a palestra “A importância das constelações familiares na prática jurídica”, com a fisioterapeuta Adriana de Castro. O evento será realizado no auditório da Unidade I da Defensoria Pública do Estado de Minas, no dia 11 de novembro, no horário de 9h às 10 horas.

A técnica terapêutica de constelações familiares tem sido uma alternativa no “direito sistêmico”, e consiste na mediação de conflitos familiar entre gru-

pos de pessoas ou mesmo internamente de um indivíduo, envolvendo profissionais e acadêmicos do Direito e da Psicologia, quando uma sentença judicial não soluciona verdadeiramente a questão que poderia trazer paz às pessoas.

As vagas são limitadas. As inscrições podem ser feitas por e-mail até o dia 07 de novembro: coordenadoriadecapacitacao@defensoria.mg.def.br

Confira aqui o cartaz do evento.

Artigo de defensora pública é publicado na revista ‘Justiça Pontal’

A defensora pública, Mônica Alves da Costa, publicou o artigo “Paternidade sócioafetiva, adoção à brasileira e pluriparentalidade”, na revista Justiça Pontal, nº 06, edição de setembro de 2016.

Clique aqui para ver a publicação

Clique aqui para ver a publicação em pdf



‘Consultor Jurídico’ publica artigo de defensores públicos mineiros sobre a interpretação do decreto de concessão de indulto

A revista eletrônica *Consultor Jurídico* publicou dia 11.10.2016 artigo sobre o Decreto nº 8.615/2015, que trata da concessão de indulto natalino e comutação de pena, assinado pelos defensores públicos de Minas Gerais, Paulo Henrique Drummond Monteiro e a Alessa Pagan Veiga.

Na seção “Tribuna da Defensoria”, Alessa Pagan, que atua na comarca de Uberlândia, além de membro

da Comissão Especial de Execução Penal do Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais (Condege), e Paulo Henrique Monteiro, que atua na Execução Penal da Defensoria Pública do Estado em Ribeirão das Neves, apresentam interpretações do decreto presidencial e de decisões mais recentes do Tribunal de Justiça de Minas Gerais acerca do tema.

[Clique aqui para ler o artigo.](#)

NOTAS

Nota da Defensoria Pública-Geral:

Tramitação dos projetos de Lei 51 e 54/2016 da DPMG

A Defensoria Pública-Geral informa que os projetos de lei (PLC 51 e 54/2016) de iniciativa do Defensor Público-Geral de Minas Gerais foram recebidos para análise na Comissão de Administração Pública da ALMG, sendo designado como Relator o Deputado

João Magalhães, Presidente da referida Comissão.

A Defensoria Pública-Geral, cumprindo seu compromisso de transparência, informa que permanece firme no acompanhamento da tramitação dos projetos encaminhados e confiante na sua aprovação.

Resolução dispõe sobre a primeira oferta de vagas para remoção de 2016

Encontra-se disponível na intranet a Resolução nº 168/2016, publicada no Diário Oficial de Minas Gerais no dia 06/10/2016, que dispõe sobre a 1ª oferta de vagas para remoção de 2016 e dá outras providências.

Referida resolução inicia o procedimento administrativo de remoção, com a abertura do 1º EDITAL DE OFERTA DE VAGAS PARA REMOÇÃO DE 2016.

As remoções serão requeridas exclusivamente pela internet, nos quinze dias seguintes ao da publicação do edital, diretamente, por meio do Sistema Casa. Serão considerados os requerimentos apresentados até 23h59min do dia 21/10/2016, sendo de exclusiva responsabilidade do interessado asse-

gurar o recebimento e a tempestividade do pedido.

É recomendável a leitura do Manual de Instruções, que estará disponível na intranet, e o eventual suporte deverá ser solicitado por e-mail à Superintendência de Gestão da Informática.

Nota de esclarecimento

A defensora pública-geral, no seu compromisso de transparência com a classe, por meio de nota, esclarece os motivos pelos quais, no presente momento, foram ofertadas as vagas para remoção relacionadas no anexo da Resolução. n.º 168/2016.

[Clique aqui para ler a Nota de Esclarecimento.](#)



Planejamento Estratégico realiza entrevista com os coordenadores da Regional Triângulo II e Local em Uberlândia

O pesquisador e professor da Fundação João Pinheiro, Marconi Martins de Laia, acompanhado pelos assessores do Gabinete da Defensoria Pública-Geral, Péricles Batista da Silva (Institucional), e Rafael de Freitas Cunha Lins (de Planejamento e Infraestrutura), e dos coordenadores da Regional Triângulo II, Evaldo Gonçalves de Cunha, e Local na DPMG em Uberlândia, Clayton Rodrigues Sabino Barbosa, reuniram-se naquela comarca no dia 10.10.2016 para tratar de questões ligadas ao planejamento estratégico da Instituição.

Monte Alegre e Araguari

No dia 11 de outubro, os assessores e os coordenadores visitaram as unidades de Monte Alegre e, na sequência, de Araguari, para tratar de questões institucionais afetas às comarcas.

Em Monte Alegre, o encontro foi realizado com a presença do defensor público Romes Batista de Gouveia. Na comarca de Araguari, reuniram-se com o coordenador Local, Augusto Luiz Fernandes de M. Oliveira, e a defensora pública Vanessa Moreira Alves.



Defensores públicos em atuação na comarca de Uberlândia reúnem-se com o pesquisador e professor da Fundação João Pinheiro, Marconi Martins de Laia

O assessor Institucional, Péricles Batista da Silva; o defensor público Romes Batista de Gouveia; o coordenador Local em Uberlândia, Clayton Rodrigues Sabino Barbosa; o assessor de Planejamento e Infraestrutura, Rafael de Freitas Cunha Lins; e o coordenador da Regional Triângulo II, Evaldo Gonçalves de Cunha



O coordenador Local em Uberlândia, Clayton Rodrigues Sabino Barbosa; a defensora pública Vanessa Moreira Alves; o assessor de Planejamento e Infraestrutura, Rafael de Freitas Cunha Lins; o assessor Institucional, Péricles Batista da Silva; e o coordenador da Regional Triângulo II, Evaldo Gonçalves de Cunha





VISITAS AO GABINETE

Autoridades presentes na abertura do Mutirão visitam Defensoria-Geral

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu, em seu gabinete, no dia 07.10.2016, representantes de órgãos e entidades

do Estado que compareceram à Defensoria Pública na Capital para prestigiar a abertura do Mutirão do Direito a Ter Pai.



O diretor do Laboratório Hermes Pardini, Alessandro Ferreira; o procurador de Justiça de MG, Bertoldo Mateus de Oliveira Filho; Fernando Procópio; Geraldo Procópio; Antônio Procópio; a defensora-geral, Christiane Malard; o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, desembargador Geraldo Domingos Coelho; o advogado Flávio Bizinoto, representando o presidente da OAB/MG, Antônio Fabricio de Matos Gonçalves; e o juiz auxiliar da Presidência do TJMG, Antônio Carlos Parreira

DPG recebe visita de defensores públicos da Vara de Execução Penal

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu, em seu gabinete, a visita dos defensores públicos, Rodrigo Zamprogno e Ana Paula Carvalho Starling Braga, em atuação na Vara de Execução Penal, no dia 11.10.2016. Na oportunidade,

foram tratados assuntos relativos à execução penal e atuação estratégica da Defensoria Pública. Presentes ao encontro o coordenador Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araújo, e a assessora Institucional, Cibele Cristina Maffia Lopes.



Da esquerda para a direita: O coordenador Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araújo; o defensor público Rodrigo Zamprogno; a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard; a defensora pública Ana Paula Carvalho Starling Braga; e a assessora Institucional, Cibele Cristina Maffia Lopes



VISITAS AO GABINETE – *continuação*

Palestrantes que abordaram as relações do Judiciário e Legislativo com a DPMG no Curso de Formação Inicial visitam o Gabinete

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu em seu gabinete, no dia 19.10.2016, a visita dos palestrantes convidados para o ciclo de palestras sobre a Defensoria Pública e os poderes Legislativo e Judiciário, durante o Curso de Formação Inicial para Ingresso na Carreira.

Durante a visita do juiz Thiago Colnago, que representou o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, o corre-

gedor-geral também participou do encontro e o presenteou, juntamente com a DPG, com um exemplar da 5ª edição do “Manual de Atuação dos Defensores Públicos de Minas Gerais”.

Participaram ainda da reunião, o coordenador Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araújo, e a coordenadora de Capacitação, Hellen Caires Teixeira Brandão.



O juiz Thiago Colnago, recebendo um exemplar do “Manual de Atuação dos Defensores Públicos de Minas Gerais” das mãos do corregedor-geral, Ricardo Sales Cordeiro, e da defensora pública-geral, Christiane Malard



A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard; juiz Thiago Colnago; coordenador Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araújo, e a coordenadora de Capacitação, Hellen Caires Teixeira Brandão

OAB-MG

Ao receber o representante convidado pela OAB-MG, o advogado Adriano Cardoso, Christiane

Malard estava acompanhada pela chefe de Gabinete, Luciana Leão Lara, e assessora Institucional, Diana de Lima Prata Camargos.



A chefe de Gabinete, Luciana Leão Lara; a assessora Institucional, Diana de Lima Prata Camargos; a defensora pública-geral, Christiane Malard; e o advogado Adriano Cardoso

VISITAS AO GABINETE – *continuação*

Palestrantes que abordaram as relações do Judiciário e Legislativo com a DPMG no Curso de Formação Inicial visitam o Gabinete

Assembleia de Minas Gerais

Já o deputado Cristiano Silveira, que representou a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, foi recebido pela chefe de Gabinete, Luciana Leão Lara; a assessora

Institucional, Diana de Lima Prata Camargos; a defensora pública-geral, Christiane Malard; o chefe do Centro de Segurança Institucional, ten. cel. Westerson Guimarães Pinto.



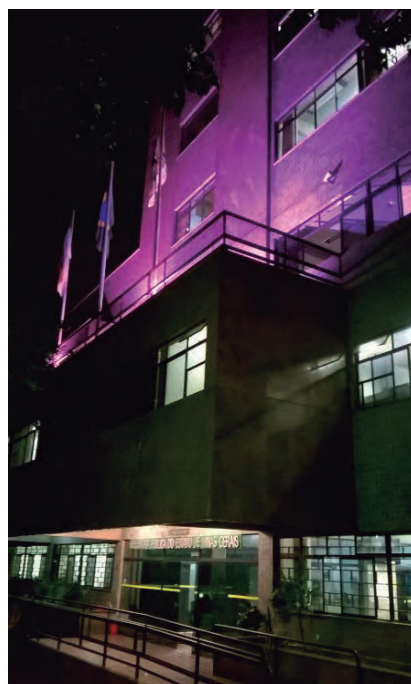
A chefe de Gabinete, Luciana Leão Lara; a assessora Institucional, Diana de Lima Prata Camargos; a defensora pública-geral, Christiane Malard; o deputado Cristiano Silveira; o chefe do Centro de Segurança Institucional, ten. cel. Westerson Guimarães Pinto

CAMPANHA



A Defensoria Pública de Minas Gerais está apoiando a Campanha Outubro Rosa 2016. O *hall* de bandeiras na frente do edifício da Unidade I, na Capital, ganhou iluminação rosa, como forma de lembrar a campanha e aqueles que lutam contra o câncer de mama. Assistidos também tiveram a oportunidade de receber informações sobre prevenção, por meio de um bate-papo, realizado por técnicas da Coordenação de Atenção à Saúde da Mulher, da Secretaria de Estado de Saúde SEE-MG. (Veja matéria na página 24).

A iniciativa visa alertar a importância do diagnóstico precoce da doença, que é a segunda mais recorrente no mundo e no Brasil.



Simbologia:
edifício da
Unidade I, na
Capital, ganhou
iluminação rosa

BOLETIM DA DEFENSORIA-GERAL. Produção: Assessoria Institucional – Apoio: Assessoria de Comunicação. Diagramação: Comunicação Visual/Ascom



DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Unidade I BH – Rua Bernardo Guimarães, 2.640 – Santo Agostinho
www.defensoria.mg.def.br